

A SOJA NO MATOPIBA: CONTRADIÇÕES DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO, RISCOS E PERSPECTIVAS PARA A CONSERVAÇÃO DO CERRADO

Heidi Cristina Buzato^{1,3}, Ricardo Camargo Cardoso¹, Arilson Favareto²,
Clarissa Magalhães³, Isabel Garcia-Drigo¹, Lisandro Inakake de Souza¹.

¹ Pesquisadores do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)

² Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC)

³ Doutoranda da Universidade Federal do ABC (UFABC)

RESUMO EXECUTIVO

O Matopiba

O território do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) comporta uma área de cerca de 73 milhões de ha, com 337 municípios agrupados em 31 microrregiões, e foi formado na confluência de quatro estados brasileiros: oeste da Bahia, sul do Piauí, sul do Maranhão e Tocantins. Com forte participação do setor privado vinculado à agricultura empresarial, a criação desse território se deu no contexto de um planejamento centralizado cujo modelo de desenvolvimento foi orientado para o incremento da produção e beneficiamento das chamadas *commodities*. Segundo o Manifesto do Cerrado, lançado por um conjunto de quarenta organizações não governamentais (disponível em https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/cerrado/manifestodocerrado, a principal causa de desmatamento no Cerrado é a expansão da agricultura, sendo que na região do Matopiba 62% da expansão agrícola ocorreu sobre vegetação nativa.

Foco do estudo

- Aprofundar acerca dos efeitos do ingresso da soja na região do Matopiba por meio de uma análise socioeconômica das dinâmicas de desenvolvimento territorial.

Objetivos específicos

- Estudar as principais contradições do processo de desenvolvimento em marcha;
- Apontar os riscos para a conservação do bioma Cerrado e as perspectivas para um crescimento econômico mais equitativo para os municípios e para os atores locais.

Principais resultados: a expansão da soja no Matopiba e as contradições do processo de desenvolvimento

Foram identificadas e classificadas duas regiões (Oeste da Bahia e Sul do Piauí) e quatro sub-regiões no Matopiba, a saber:

- i) “soja consolidada”: situada na porção oeste do Estado da Bahia. Caracteriza-se pela ocorrência intensiva de plantios de soja, ocupando grandes extensões de terras desde os anos 1980;
- ii) “expansão da soja”: na porção sul do Estado do Piauí e Sudeste do Estado do Maranhão. Esta sub-região caracteriza-se pelo ingresso da soja a partir dos anos 1990, ainda em franca expansão durante a primeira década dos anos 2000 até 2015;

- iii) “periferia da soja (I)”: no Oeste da Bahia; e
- iv) “periferia da soja (II)”: no Sul do Piauí/Maranhão: ambas são caracterizadas pela presença da soja cultivada em baixa escala. A cultura entrou primeiro na periferia da soja do Oeste Baiano (final dos anos 1990) e, mais recentemente, no Sul do Piauí. Nas duas sub-regiões há aptidão para a expansão da soja, mais notadamente na periferia do Oeste Baiano. Contudo, em ambas predomina o uso do solo pela pecuária e presença de grandes extensões de áreas cobertas por vegetação de cerrado.

Por intermédio da análise de indicadores-chave de desenvolvimento socioeconômico em quatro dimensões (demográfica, uso de solo, econômica e de bem-estar), comparou-se o desempenho das quatro sub-regiões. O conjunto de indicadores levantados e verificados foram: i) população e densidade populacional; ii) quantidade de áreas destinadas ao plantio de soja; iii) porcentagem de áreas destinadas à agricultura familiar; iv) PIB *per capita*; v) taxa de emprego; vi) diversidade de atividades econômicas; vii) renda, pobreza e desigualdade; viii) taxa de mortalidade; e ix) analfabetismo.

A revisão e análise dos indicadores econômicos e sociais mostram que há contradições no processo de desenvolvimento, que foram aceleradas com a inserção mais intensa da soja em algumas sub-regiões. Por um lado, observa-se um crescimento econômico (maior PIB *per capita*, maior renda domiciliar *per capita* e maior redução da pobreza), além de um melhor desempenho em redução do analfabetismo na sub-região de expansão da soja. Por outro lado, verificou-se nas duas sub-regiões com a presença da soja (sub-região consolidada do Oeste da Bahia e na sub-região do Sul do Piauí/Maranhão) uma piora no desempenho dos indicadores de saúde (aumento da taxa de mortalidade infantil e diminuição no número de médicos por 10.000 habitantes).

A partir da análise do uso do solo outra contradição foi observada: nas sub-regiões com a inserção da soja há um menor percentual de ocupação de áreas com a agricultura familiar. Os dados sugerem que o ingresso da soja ocasiona a diminuição da presença da agricultura familiar, o que pode ser um vetor de migração de agricultores familiares do campo para a cidade, com impactos sobre o seu modo de vida e consequências relacionadas à qualidade dos serviços oferecidos nas zonas urbanas. A migração de agricultores familiares do campo para a cidade foi relatada pelos entrevistados na etapa de campo.

Desenvolvimento inclusivo ou reprodução de um velho modelo?

A partir da identificação e análise do desempenho de um conjunto de municípios nas quatro sub-regiões, o estudo optou por aprofundar o olhar para a sub-região de expansão da soja e, mais especificamente, para um município bastante representativo da dinâmica do desenvolvimento territorial: Bom Jesus, sul do Piauí.

Por intermédio de revisão bibliográfica e de estudo empírico, buscou-se verificar como o processo de desenvolvimento de Bom Jesus responde à hipótese de Berdegué et al. (2014) e Favareto et al. (2015) de que existe maior possibilidade de ocorrência de um crescimento econômico com inclusão social em territórios onde:

- i) os agentes locais possuem maior acesso aos recursos fundiários e naturais;
- ii) a estrutura produtiva é mais diversa e desconcentrada;
- iii) existem cidades de porte intermediário com oferta de mercados e serviços;

- iv) há maior acesso a mercados dinâmicos;
- v) existem políticas públicas voltadas a diminuir as assimetrias e fortalecer os fatores acima mencionados ou a reverter as condições que bloqueiam a sua ocorrência.

O exame destes fatores empíricos, no caso da sub-região da “expansão da soja” e do município de Bom Jesus especificamente, mostra que a hipótese de Berdegué et al. (2014) e Favareto et al. (2015) não se confirma no cenário da região da expansão da soja no Sul do Piauí. Com as características dos fatores empíricos existentes, acentuam-se as contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento implementado. Assim, apesar da existência de um dinamismo econômico relacionado à entrada da soja, promovendo o desenvolvimento de municípios que concentram a infraestrutura, serviços e produtos relacionados à cultura e garantindo o contínuo investimento em estruturas de acesso a mercados dinâmicos (estradas, vias férreas, portos etc.), observa-se o seguinte:

- a) a concentração fundiária, dificultando a participação de diferentes atores nesse processo; a redução de áreas destinadas à agricultura familiar nos municípios ocupados pela soja;
- b) geração de conflitos fundiários em função da crescente valorização da terra;
- c) a concentração do dinamismo econômico em poucos municípios polo, impedindo o reinvestimento dos excedentes gerados pela agricultura no próprio território de forma mais equitativa;
- d) o crescimento populacional acelerado, nem sempre acompanhado pela correspondente evolução na oferta de serviços públicos;
- e) e o desmatamento de amplas áreas de cobertura vegetal de Cerrado.

Riscos e perspectivas

O avanço do desmatamento do Cerrado é um risco, dado o potencial de expansão da soja e de outras atividades agropecuárias em áreas disponíveis nas regiões altas e, sobretudo, nos baixões. Os entrevistados reconhecem que a ocupação promoveu a supressão de vegetação do Cerrado e da totalidade das áreas com potencial de expansão do plantio de soja demandaria o desmatamento adicional de cerca de 10% dessas áreas sem infração à legislação. Soma-se a este os riscos relacionados à geração de conflitos com comunidades locais e expropriação, devidos à valorização das terras em decorrência da entrada da soja.

Nos municípios sem a presença da soja, predominam atividades de agricultura familiar e pecuária. Distintamente da agricultura empresarial, estas atividades não têm sido alvo de investimentos e políticas públicas estruturantes voltadas ao seu desenvolvimento. A ausência de atividades econômicas estruturadas cria nesses municípios uma dependência de políticas públicas advindas de outras esferas governamentais, a exemplo do programa Bolsa Família, por não serem dotados de receitas próprias.

Existe a perspectiva de que o desenvolvimento inclusivo e equitativo dos municípios das regiões estudadas requer uma ampla articulação de atores locais e instituições públicas e privadas em torno de alternativas que visem o crescimento econômico e conservação dos recursos naturais do Cerrado. Nesse sentido, a adesão de grandes compradores mundiais ao Manifesto do Cerrado e à emergência de espaços de diálogo e concertação política como o recém-criado Grupo de Trabalho do Cerrado, pode constituir arenas onde soluções sejam discutidas e implementadas, visando eliminar as contradições e proteger efetivamente os remanescentes de Cerrado, vitais para a conservação e equilíbrio ambiental. Finalmente, mais estudos aprofundados são necessários para delinear as medidas sociais, econômicas e ambientais capazes de conciliar a expansão com o desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo.

INTRODUÇÃO

O Matopiba foi estabelecido como território a partir de uma iniciativa do Governo Federal, através da Portaria 244, em 12 de novembro de 2015, tendo sido formado na confluência de quatro estados brasileiros – oeste da Bahia, sul do Piauí e do Maranhão e Tocantins – integrando uma área de cerca de 73 milhões de ha, com 337 municípios agrupados em 31 microrregiões (EMBRAPA, 2015). A criação do território se deu no contexto de um planejamento centralizado cujo modelo de desenvolvimento foi orientado para o incremento da produção e beneficiamento das chamadas *commodities*, com forte participação do setor privado vinculado à agricultura empresarial (COUTINHO, 2013; SANTOS, 2016).

Historicamente, essa modalidade de planejamento desconsidera questões relacionadas à economia e às necessidades sociais de populações locais já existentes, bem como as questões ambientais relacionadas ao processo de desenvolvimento. Assim, dois fatores são fundamentais para o entendimento da configuração territorial do Matopiba. De um lado, as políticas públicas voltadas à produção agrícola, financiamento, pesquisa e desenvolvimento, a criação de infraestrutura e a presença de grandes produtores, especialmente de soja (BACHA & CARVALHO, 2012). E de outro, a compreensão do patrimônio natural como simples fonte de recursos econômicos, ou mesmo como obstáculo ao desenvolvimento. Adicionalmente, sob a ótica do Estado e do setor privado, vigora a noção de um “vazio” populacional no Brasil Central, acentuando a invisibilidade de agentes e de processos sociais locais e regionais.

Este estudo teve por objetivo geral aprofundar o entendimento sobre os efeitos do ingresso da soja na região do Matopiba por meio de uma análise socioeconômica das dinâmicas de desenvolvimento territorial. Os objetivos específicos consistiram em estudar as principais contradições do processo e apontar perspectivas e riscos futuros para um crescimento econômico mais equitativo para os municípios e para os atores locais.

O relatório está organizado em três seções, além desta Introdução. A primeira seção descreve os procedimentos metodológicos delineados e seguidos no curso das análises. As duas seções seguintes apresentam os levantamentos e análises dos dados secundários de 23 municípios distribuídos em quatro sub-regiões, além de um olhar histórico-analítico aprofundado sobre a sub-região da “expansão da soja” e o município de Bom Jesus, representativos da dinâmica territorial. Finalmente, são expostas as conclusões e recomendações a partir dos resultados.

METODOLOGIA

Embora o Matopiba seja composto por municípios pertencentes a quatro estados da Federação, priorizaram-se neste estudo aqueles espaços específicos relacionados à dinâmica do ingresso da soja no território, a saber, as regiões do oeste da Bahia e sul do Piauí e do Maranhão.

O trabalho de pesquisa e análises se desenvolveu entre os meses de junho de 2017 e abril de 2018. O procedimento do estudo incluiu duas etapas: i) levantamento e análise de dados secundários sobre um conjunto de municípios com e sem a presença de soja; e ii) revisão bibliográfica sobre a evolução histórica da expansão da soja dentro de um recorte geográfico pré-definido, complementado através de levantamento e análise de dados primários, explorando o caso de um município representativo da região de expansão da soja por meio de entrevistas semiestruturadas.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em um levantamento e análise de dados secundários cujas fontes de informação foram principalmente mapas de uso do solo, de aptidão agrícola e da estrutura fundiária produzidos pelo Imaflora (PIATTO e INAKAKE, 2016). Por intermédio dessa análise foram identificadas quatro sub-regiões classificadas de acordo com a presença ou ausência de soja (*Figura 1*), descritas a seguir.

A região denominada de “soja consolidada” situa-se na porção oeste da Bahia. Caracteriza-se pela ocorrência intensiva de plantios de soja, ocupando grandes extensões de terras desde os anos 1980.

Ao norte dessas áreas, na porção sul dos Estados do Piauí e do Maranhão, uma segunda sub-região caracteriza-se pelo ingresso da soja a partir dos anos 1990, ainda em franca expansão durante a primeira década dos anos 2000 e até 2015, denominando-se “expansão da soja”.

Por fim, identificou-se ainda uma terceira e quarta sub-regiões, denominadas de “periferias da soja”: no oeste da Bahia e no sul do Piauí/Maranhão. Ambas são caracterizadas pela presença da soja cultivada em baixa escala. A cultura entrou primeiro na periferia da soja do oeste baiano (final dos anos 1990) e, mais recentemente, no sul do Piauí. Nas duas sub-regiões há aptidão para a expansão da soja, mais notadamente na periferia do oeste baiano. Contudo, em ambas predomina o uso do solo pela pecuária e presença de grandes extensões de áreas cobertas por vegetação de cerrado.

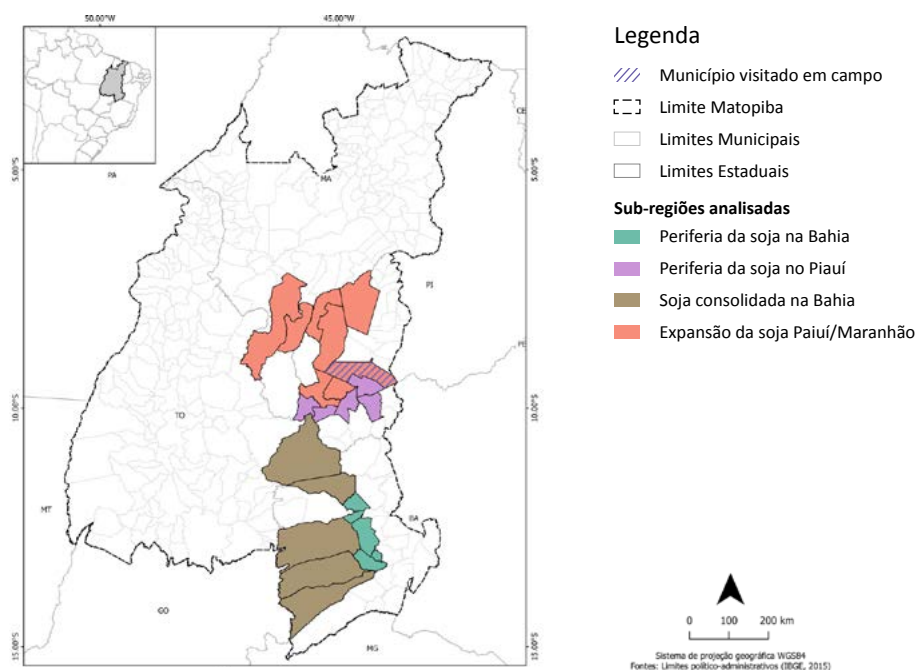
A partir desta caracterização foram selecionados 23 municípios representativos do processo de desenvolvimento que se instalou em cada sub-região (*Tabela 1*). Na sequência, realizou-se uma análise comparativa das quatro sub-regiões identificadas utilizando-se indicadores em quatro dimensões de desenvolvimento (*Tabela 2*).

REGIÃO	SUB-REGIÃO	MUNICÍPIOS
Oeste da Bahia	Soja consolidada	Correntina, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Riachão das Neves e São Desidério*
	Periferia da soja (I)	Angical, Baianópolis, Canápolis, Catolândia e Santa Maria da Vitória.
Sul do Piauí/ Maranhão	Expansão da soja	Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Ribeiro Gonçalves e Uruçuí, no Piauí; Balsas e Tasso Fragoso, no Maranhão.
	Periferia da soja (II)	Barreiras do Piauí, Curimatá, Redenção do Gurguéia, Riacho Frio e São Gonçalo do Gurguéia, no Piauí.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Tabela 1 - Municípios selecionados para análise em cada sub-região.

* Os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães não foram selecionados em função do desmembramento do então Distrito de Luís Eduardo Magalhães do município de Barreiras no ano 2000. Por este motivo, os municípios foram levantados de forma unificada no Censo do ano 2000, o que dificultou a comparação de dados secundários entre os Censos 2000 e 2010.



Fonte: Imaflora, setor de geoprocessamento.

Figura 1 - Sub-regiões analisadas e municípios visitados.

DIMENSÃO	INDICADORES	FONTE
Demografia	População	Censo IBGE, 2000 e 2010
Uso do solo	% de propriedades e áreas destinadas à agricultura familiar	Censo Agropecuário IBGE, 2006
	Áreas destinadas ao plantio de soja	PAM – Produção Agrícola Municipal, 1990, 2000, 2010 e 2015
Bem-estar	Mortalidade infantil e taxa de analfabetismo com idade de 15 anos ou mais.	Censo IBGE, 2000 e 2010
	Número médicos por 10.000 habitantes	Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES, 2005 e 2010
Dinamismo econômico: emprego, renda, pobreza e desigualdade	PIB per capita	Histórico IBGE 2000 corrigido pelo INPC e 2010
	Taxa de desemprego e índice Herfindal-Hirshman de diversidade setorial do emprego, renda domiciliar per capita, e pessoas em situação de pobreza.	Censo IBGE, 2000 e 2010

Fonte: Elaborada pelos autores.

Tabela 2 - Dimensões e indicadores de desenvolvimento.

A segunda etapa, de revisão bibliográfica sobre a evolução da soja no recorte geográfico definido, foi conduzida tendo como base o enfoque teórico-metodológico desenvolvido nos estudos de Berdegú et al. (2014) e Favareto et al. (2015), os quais apontam uma maior possibilidade de ocorrência de um crescimento econômico com inclusão social em territórios dotados de: i) maior acesso a recursos fundiários e naturais por parte dos agentes locais; ii) maior diversidade e desconcentração da estrutura produtiva; iii) existência de cidades de porte intermediário com oferta de mercados e serviços; iv) maior acesso a mercados dinâmicos; e v) políticas públicas voltadas a diminuir assimetrias e fortalecer os fatores empíricos acima mencionados ou reverter as condições que bloqueiam sua ocorrência. Na presença destes cinco fatores, há uma maior possibilidade que estejam dadas as condições necessárias ao crescimento econômico com inclusão social. Por outro lado, na ausência deles, é provável que os rumos da dinâmica territorial se deem de forma a opor o crescimento econômico e a ampliação do bem-estar social.

Esta etapa incluiu um aprofundamento das informações realizado no município de Bom Jesus-PI, localizado na região da “expansão da soja”, uma vez que este constitui um polo representativo da dinâmica de inserção do grão no território. Foram feitas entrevistas por meio de questionários semiestruturados, abrangendo perguntas relacionadas aos fatores empíricos que compõem as dinâmicas territoriais, aos indicadores de desenvolvimento e à presença de conflitos agrários. Foram entrevistados informantes-chave entre representantes de sindicatos, movimentos sociais, setor produtivo e gestão pública. Os resultados foram analisados de forma qualitativa.

1. ANÁLISE COMPARATIVA DE INDICADORES ENTRE SUB-REGIÕES COM E SEM A PRESENÇA DA SOJA

A primeira análise das informações consistiu em comparar os dados secundários dos 23 municípios constitutivos das quatro sub-regiões. O principal objetivo foi verificar o desempenho em indicadores-chave em quatro dimensões do desenvolvimento, a saber:

1.1. Dimensão demográfica

O indicador analisado nesta dimensão foi o crescimento populacional, utilizando os dados do IBGE (2000; 2010).

As sub-regiões com presença marcante da soja registraram, entre os anos de 2000 e 2010, um crescimento acentuado da população, superior à média do Nordeste e do Brasil (*Tabela 3*). Tal fato pode ser atribuído à atratividade populacional decorrente do crescimento da atividade econômica promovida pela expansão da soja.

POPULAÇÃO TOTAL	2000	2010	%
Soja consolidada (Oeste da Bahia)	100.082	112.346	12,25
Periferia da soja (I) (Oeste da Bahia)	80.976	80.254	-0,89
Expansão da soja (Piauí/Maranhão)	133.451	172.210	29,04
Periferia da soja (II) (Piauí)	27.040	29.461	8,95
Nordeste	47.741.711	53.081.950	11,18
Brasil	169.799.170	190.755.799	12,34

Elaborada pelos autores. Fonte: IBGE (2000; 2010).

Tabela 3 - Crescimento populacional entre os anos de 2000 e 2010.

1.2. Dimensão do uso de solo

O primeiro indicador analisado nesta dimensão foi a quantidade de áreas destinadas ao plantio de soja. O seu cultivo foi introduzido a partir dos anos 1980 na sub-região da “soja consolidada”, oeste da Bahia; nos anos 1990, a cultura ocupava significativas áreas aí e já aparece na sub-região da “expansão da soja”, sul do Piauí (*Tabela 4*).

Em ambos os casos pode ser notada uma aceleração do crescimento a partir do ano 2000, o que coincide com informações bibliográficas e de entrevistas com atores locais, pois afirmam que foi nesse período o início do ingresso de grandes empresas e investidores internacionais nessas sub-regiões (IBGE/PAM, 1990; 2000; 2010; e 2015).

EVOLUÇÃO DA ÁREA OCUPADA COM SOJA (HECTARES)

REGIÃO	SUB-REGIÃO	1990	2000	2010	2015
Oeste da Bahia	Soja consolidada	277.987	380.071	747.530	1.100.000
	Periferia da soja (I)	2.752	11.700	7.000	7.200
Sul do Piauí/Maranhão	Expansão da soja	8.495	139.434	492.774	829.470
Sul do Piauí	Periferia da soja (II)	0,00	550	982	3.800

Elaborada pelos autores. Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM), 1990; 2000; 2010; e 2015.

Tabela 4 - Evolução de áreas de plantios de soja nas sub-regiões estudadas.

O segundo indicador analisado na dimensão do uso de solo foi a porcentagem de áreas destinadas à agricultura familiar (*Tabela 5*). O mapa de uso do solo (*Figura 2*) mostra que a entrada da soja implica em uma tendência à diminuição da agricultura familiar e à concentração da terra. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram que a área ocupada pela agricultura familiar é nitidamente maior nas sub-regiões sem a presença marcante da soja (*Tabela 5*).

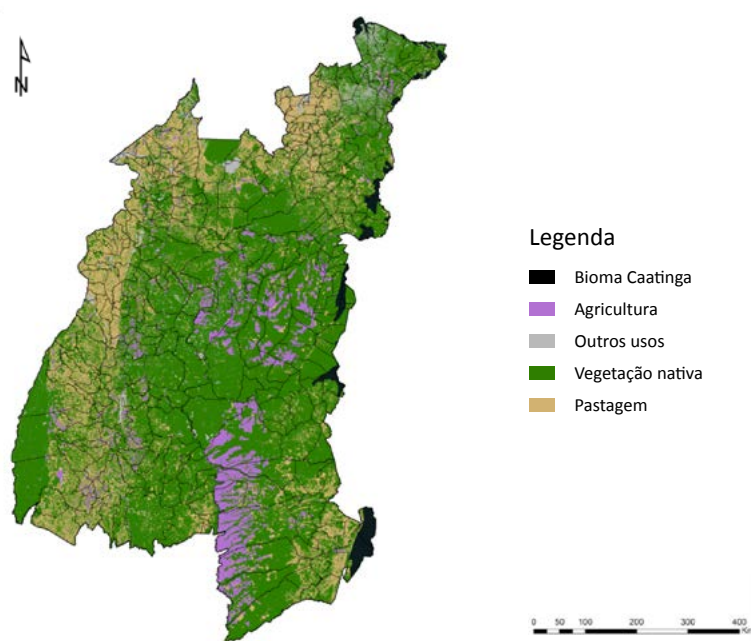
A análise das informações sobre estrutura fundiária (*Figura 3*) aponta que nas sub-regiões com a presença marcante da soja predominam grandes e médias propriedades, enquanto nas sub-regiões periféricas há uma maior presença de propriedades familiares.

% DE PROPRIEDADES E ÁREAS OCUPADAS COM AGRICULTURA FAMILIAR

REGIÃO	SUB-REGIÃO	% PROPRIEDADES FAMILIARES	% ÁREA FAMILIAR
Oeste da Bahia	Soja consolidada	86,41	7,13
	Periferia da soja (I)	89,54	42,32
Sul do Piauí/Maranhão	Expansão da soja	82,64	12,62
Sul do Piauí	Periferia da soja (II)	90,12	39,66

Elaborada pelos autores. Fonte: IBGE, 2006.

Tabela 5 - Número de propriedades e áreas ocupadas pela agricultura familiar.



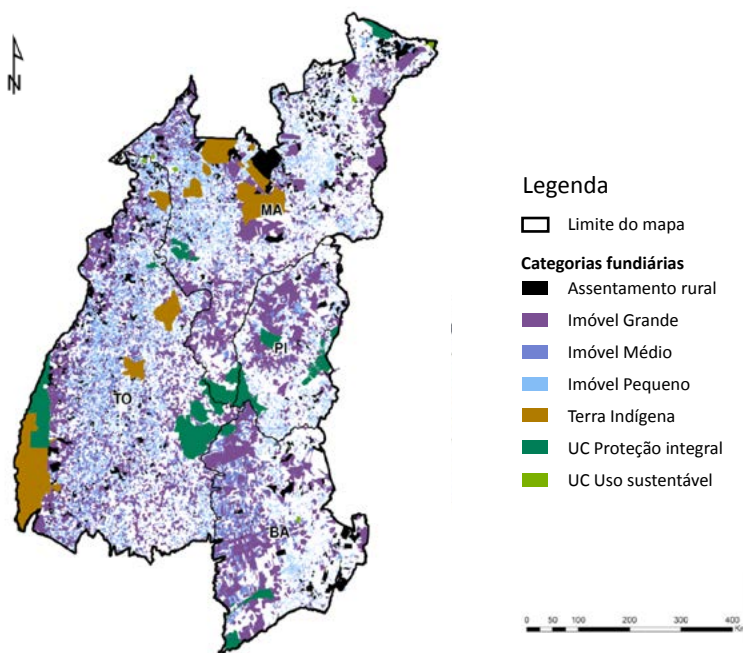
Fonte: Piatto e Inakake, 2016.

Figura 2 - Mapa de uso do solo no Matopiba.

1.3. Dimensão da dinâmica econômica: emprego, renda, pobreza e desigualdade

Na dimensão econômica, um dos indicadores observados foi o PIB *per capita*. Nas sub-regiões “soja consolidada” e “expansão da soja” ocorre um aumento do PIB *per capita*, o que é esperado devido ao crescimento econômico que a cultura promove.

Os percentuais de aumento e os valores absolutos no ano de 2010 são superiores nessas sub-regiões com relação às demais (Tabela 6). O PIB *per capita* apresentou aumento em todas as sub-regiões entre os anos de 2000 e 2010, desempenho que pode ser explicado pelas políticas de transferência de renda ocorridas especialmente na primeira década dos anos 2000 (FAVARETO et al, 2015).



Fonte: Piatto e Inakake, 2016.

Figura 2 - Configuração fundiária e Unidades de Conservação no Matopiba¹.

¹ A classificação fundiária de imóveis rurais segue a definição da **Lei da Proteção da Vegetação Nativa** - Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, o **Novo Código Florestal**, quando afirma: imóvel pequeno é aquele com até 4 módulos fiscais; imóvel médio é aquele compreendido entre mais de 4 e 15 módulos fiscais; imóvel grande é aquele superior a 15 módulos fiscais. O módulo fiscal varia de acordo com o município e região do Brasil.

PIB PER CAPITA	2000*	2010	%
Soja consolidada (Oeste da Bahia)	10.784,30	21.236,33	96,92
Periferia da soja (I) (Oeste da Bahia)	3.272,92	5.295,83	61,81
Expansão da soja (Piauí/Maranhão)	3.843,99	12.922,60	236,18
Periferia da soja II (Piauí)	2.291,14	3.952,46	72,51
Nordeste	5.944,31	9.561,41	60,85
Brasil	12.749,00	19.766,33	55,04

Elaborada pelos autores. Fonte: histórico IBGE 2000 corrigido pelo INPC e IBGE 2010.

Tabela 6 - PIB per capita.

Observou-se que a redução da taxa de desemprego entre 2000 e 2010 nas regiões de consolidação (-2,94%) e expansão (-3,84%) da soja foi menor que a redução da taxa de desemprego do Nordeste (-6,13%) e do Brasil (-7,63%), sugerindo a existência de uma contradição: a presença da soja, embora gere crescimento econômico, não contribuiu de forma decisiva para geração de emprego nos territórios em que se inseriu.

Um segundo indicador analisado foi o índice de Herfindahl – Hirschman, que estima a diversidade das atividades econômicas de uma região. A análise deste indicador não apontou diferenças significativas entre as sub-regiões. A análise de dados por município, no entanto, mostra que, apesar da dependência da economia a uma única cadeia produtiva, a presença da soja gera uma diversidade maior de empregos, em especial nas cidades polo (Bom Jesus-PI, Balsas-MA e Uruçuí-PI) em relação aos demais municípios, confirmando as constatações do levantamento histórico apresentado na seção subsequente deste estudo.

Finalmente, buscou-se verificar o comportamento da renda, pobreza e desigualdade. A década de 2000 a 2010 assistiu a um significativo crescimento da renda domiciliar *per capita* em todas as sub-regiões estudadas. As sub-regiões da “consolidação” e da “expansão da soja” apresentaram as maiores rendas médias *per capita* no ano de 2010, quando comparadas às sub-regiões sem a presença da soja. Entre os anos de 2000 e 2010 o índice de pobreza foi reduzido em todas as regiões, registrando-se os melhores desempenhos na sub-região de “expansão da soja” (IBGE, 2000; 2010).

1.4. Dimensão do bem-estar

Finalmente, na dimensão do bem-estar, foram revisados os números da taxa de mortalidade infantil, número de médicos por 10.000 habitantes e taxa de analfabetismo.

Nas questões relacionadas à saúde e educação, observa-se que nas sub-regiões com a presença da soja as taxas de mortalidade infantil são maiores (Tabela 7) e há uma redução no número de médicos por 10.000 habitantes entre 2000 e 2010 (Tabela 8).

Esses dados mostram que o crescimento econômico não se relaciona necessariamente com a melhoria nas condições de saúde. Uma possível explicação para esses resultados é que tais municípios crescem em população, o que nem sempre é acompanhado em termos de crescimento na oferta de serviços públicos.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	2000	2010	%
Soja consolidada (Oeste da Bahia)	12,42	16,44	32,36
Periferia da soja (I) (Oeste da Bahia)	11,57	10,79	-6,79
Expansão da soja (Piauí/Maranhão)	12,26	20,61	68,12
Periferia da soja (II) (Sul do Piauí)	15,24	11,26	-26,13
Nordeste	26,38	15,57	-40,98
Brasil	21,16	13,88	-34,39

Elaborada pelos autores. Fonte: IBGE, 2000; 2010.

Tabela 7 - Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos).

MÉDICOS POR 10.000 HABITANTES	2005	2010	%
Soja consolidada (Oeste da Bahia)	3,2	2,9	-8,13
Periferia da soja (I) (Oeste da Bahia)	2,5	3,9	56,39
Expansão da soja (Piauí/Maranhão)	4,7	4,6	-1,60
Periferia da soja (II) (Sul do Piauí)	2,2	3,7	68,27
Nordeste	8,5	9,8	22,18
Brasil	12,7	15,1	18,26

Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES, 2005 e 2010.

Tabela 8 - Número de médicos total (atendimento público e privado) por 10.000 habitantes.

A menor taxa de analfabetismo ocorre na sub-região de “expansão da soja” (Tabela 9), o que pode ser explicado por duas possibilidades a serem testadas e aprofundadas, a saber: 1) a ocorrência de um aumento dos investimentos em educação decorrentes do crescimento econômico; 2) a atração da população pela produção da soja ser dotada na sua origem de um maior nível de escolaridade.

TAXA DE ANALFABETISMO	2000	2010	%
Soja consolidada (Oeste da Bahia)	35,71	25,23	-10,48
Periferia da soja (I) (Oeste da Bahia)	32,50	26,10	-6,40
Expansão da soja (Piauí/Maranhão)	25,91	16,61	-9,30
Periferia da soja (II) (Piauí)	26,86	20,55	-6,31
Nordeste	26,20	19,60	-7,13
Brasil	13,63	9,62	-4,01

Fonte: Censo IBGE, 2000 e 2010.

Tabela 9 - Taxa de analfabetismo (com idade de 15 anos ou mais).

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INSERÇÃO DA SOJA E AS DIFERENTES VISÕES DOS ATORES: DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO OU REPRODUÇÃO DE UM VELHO MODELO DE DESENVOLVIMENTO?

A segunda etapa deste estudo buscou executar uma revisão bibliográfica do processo histórico a partir da inserção da cultura de soja no sul do Piauí. As condições sob as quais se deu o desenvolvimento desta região estão registradas e foram recuperadas principalmente nos trabalhos de Araújo (2013), Bolfe et al. (2016), Bacha & Carvalho (2014), Buainain & Garcia (2015), Coutinho et al. (2013) e Santos (2015, 2016). Esta configuração do desenvolvimento territorial foi então confrontada com a hipótese proposta por Berdegué et al. (2014) e Favareto et al. (2015), a saber:

Há uma maior possibilidade de ocorrência de crescimento econômico com inclusão social em territórios onde:

- i) os agentes locais possuem maior acesso aos recursos fundiários e naturais;
- ii) a estrutura produtiva é mais diversa e desconcentrada;
- iii) há cidades de porte intermediário com oferta de mercados e serviços;
- iv) há maior acesso a mercados dinâmicos;
- v) há políticas públicas voltadas para diminuir as assimetrias e fortalecer os fatores acima mencionados ou reverter as condições que bloqueiam sua ocorrência.

A revisão do percurso histórico de um município representativo (Bom Jesus-PI), incluído na sub-região da “expansão da soja”, permite aprofundar o olhar empírico a partir da confrontação das informações levantadas com os cinco fatores relacionados acima. Complementa-se essa análise, trazendo as perspectivas dos atores sobre o desenvolvimento local.

2.1. Exame da evolução histórica e comportamental dos fatores empíricos na sub-região da expansão da soja - o caso exemplar de Bom Jesus-PI

O avanço da fronteira agrícola no cerrado piauiense se efetivou na década de 1990, principalmente nos municípios de Bom Jesus, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Baixa Grande do Ribeiro, como alternativas de ofertas de terras mais baratas em comparação às regiões já ocupadas no Oeste da Bahia, região de Barreiras, e no Maranhão, região de Balsas (SANTOS, 2015).

Segundo as análises de Santos (2015), a iniciativa liderada por grandes proprietários de terras e empresas agrícolas provocou rápido processo de modificações na estrutura demográfica e no perfil de urbanização, com maior intensidade nos municípios de Bom Jesus e Uruçuí e transformações na estrutura produtiva dos municípios de Alvorada do Gurguéia, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Brejo do Piauí, Corrente, Gilbués, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena e Uruçuí, todos localizados no Sul do Piauí.

O autor destaca as alterações na dinâmica agrícola e urbana de Bom Jesus e Uruçuí, por serem os maiores produtores agrícolas piauienses. No sul do Piauí, o município de Bom Jesus é classificado como um município polo; portanto, sua dinâmica de desenvolvimento é bastante representativa da região em estudo. Por isso, grande parte das análises históricas utilizam exemplos de Bom Jesus, o que justifica o destaque dos aspectos desse município também nesta seção.

2.1.1. Acesso à terra e recursos naturais

A primeira leva de plantadores no sul do Piauí nos anos 1990 foi composta de agricultores da região Sul (Paraná, Santa Catarina e região noroeste do Rio Grande do Sul), seguida de grupos vindos de outros estados do Brasil e dos chamados “brasiguaios”, brasileiros oriundos do Paraguai. Estes primeiros agricultores adquiriram lotes de cerca de 300 hectares² nas áreas altas e planas, como é o caso da Serra do Quilombo em Bom Jesus (SANTOS, 2015).

Nos anos 2000 ocorreu a segunda leva de expansão da soja na região, fundamentada em uma estrutura empresarial constituída por fundos de investimento internacionais e grandes companhias do setor, as quais têm como característica a aquisição de extensas áreas. Esses empreendimentos foram atraídos pela disponibilidade e aptidão das terras à cultura da soja. Dados do IBGE confirmam essa informação indicando um aumento da ordem de 1.500 hectares de plantio no ano 2000 para cerca de 55.000 hectares em 2015 (IBGE, 2000; 2015).

Assim, observa-se que não foram os agentes locais os principais protagonistas no acesso aos recursos naturais necessários ao plantio de soja em Bom Jesus. As maiores áreas e as mais aptas foram ocupadas pelos agentes externos (COUTINHO, 2013).

³ Tais como o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), o Warrant Agropecuário (WA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

2.1.2. A estrutura produtiva: diversidade e desconcentração?

A dinâmica da estrutura produtiva (crédito, assistência técnica, infraestrutura, entre outros) que sustenta o recente crescimento econômico dos cerrados do Piauí e do Maranhão se assemelha com a da Bahia, apoiada nos setores agrários com aumento do volume físico da produção de grãos e fibra, tendo a soja, o milho e o algodão como culturas principais.

O Governo Federal desempenhou um papel central na reconfiguração territorial do sul do Piauí, incluindo algumas iniciativas com implicações diretas na configuração do Matopiba – desde a década de 1970, por exemplo, há experimentos de cultivo da soja conduzidos pela Estação Experimental Apolônio Sales (Ministério da Agricultura) com apoio da Secretaria da Agricultura do Estado, da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A. (Sanbra) e da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural do Piauí (Ancar/PI).

No final da década de 1980 ocorre a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) como mecanismo de incentivo à ocupação da terra e modernização da produção, prevendo a destinação de 1,8% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para financiar atividades agropecuárias e agroindustriais, cuja metade dos recursos é destinada à zona semiárida. A continuidade dos investimentos na década de 1990 ocorre com a criação da Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual – Uepae/Embrapa, em Teresina, em cooperação com o Centro Nacional de Pesquisa de Soja (atualmente Embrapa-Soja). Entretanto, Santos (2015) enfatiza que a “ocupação produtiva do cerrado piauiense só foi realidade e se efetivou nos anos posteriores a 1990”.

Paulatinamente, as novas atividades agrícolas modernas ocuparam lugar de atividades tradicionais como a produção de arroz, enquanto a área de soja aumentou 398% (de 400 mil ha para 2 milhões ha), o algodão herbáceo aumentou 114% (de 208 mil ha para 446 mil ha), o milho teve aumento de apenas 15% (de 690 mil ha para 790 mil ha) e o arroz, que era uma importante cultura temporária na região, teve forte retração de 37% (BUAINAIN & GARCIA 2015; BOLFE et al., 2016). Não houve uma preocupação quanto ao atendimento das demandas econômicas da população, deixando de fora os produtores mais fragilizados e gerando benefícios para pouquíssimos (GRAZIANO DA SILVA, 1994 *apud* SANTOS, 2016).

Assim, a estrutura produtiva construída é toda voltada para a produção mecanizada de grãos, com destaque para a soja. A estruturação da cadeia promoveu um crescimento econômico concentrado apenas em municípios polo do território, a exemplo de Bom Jesus. A região sul do Piauí absorveu pouco mais de 20% dos investimentos em energia e logística do PAC2, investidos em vias de escoamento, contando com 9 pivôs e 96 armazéns instalados (EMBRAPA, 2015).

2.1.3. Configuração das cidades, mercados e serviços

Ao analisar a presença de cidades médias no território do Matopiba, percebe-se o perfil concentrado verificado nas outras dimensões analisadas. Em cada uma das porções, há poucas cidades médias que concentram tanto a oferta de serviços e comércio quanto a confluência de infraestrutura, desde o armazenamento até as vias de escoamento. Como visto, a entrada da soja provocou rápido processo de modificações na estrutura demográfica e no perfil de urbanização, com destaque para os municípios de Bom Jesus e Uruçuí.

A revisão bibliográfica mostra que de fato houve o surgimento de cidades intermediárias dentro do território, denominadas cidades polo, o que se constituiu como um fator positivo de dinamização das relações entre essas cidades e seu entorno, com oferta de serviços variados. Porém, o crescimento das cidades polo ocorre de forma centralizada, não suficiente para impulsionar o desenvolvimento econômico e social nos demais municípios do território, de forma a alcançar um maior número de atores sociais (SANTOS, 2015).

2.1.4. O acesso a mercados dinâmicos

O mercado da soja é composto por três produtos distintos: grãos, óleo e alimentos de soja, parte dos quais destina-se aos mercados nacionais, sobretudo às capitais nordestinas, com destaque para Fortaleza, no Ceará. Porém, grande parte do volume produzido vai para os mercados europeus e para a China. O acesso aos mercados regionais ou aos grandes mercados internacionais ocorre de forma estritamente relacionada ao modelo de desenvolvimento implantado, com investimentos em infraestrutura de logística (estradas e portos), conectando o território a esses mercados e permitindo a geração de rendas que poderiam ser revertidas para a dinamização do território (FEARNSIDE, 2001).

Tal modelo implica em uma imbricação das tendências governamentais centralizadas de planejamento e desenvolvimento e dos interesses privados relacionados à produção de *commodities* para exportação. Ainda assim, esse processo tem promovido um acesso crescente do território a mercados dinâmicos, o que constitui um fator considerado favorável à luz da hipótese proposta. A renda oriunda, no entanto, acaba não se distribuindo em diferentes circuitos sociais e econômicos locais por conta justamente da concentração fundiária e da estrutura produtiva, que bloqueiam o acesso das populações mais pobres aos mercados, o que geraria maiores oportunidades de desenvolvimento.

2.1.5. As políticas públicas

As políticas públicas que embasaram a intensificação e a diversificação das exportações agropecuárias no Brasil, instituídas especialmente a partir da década de 1960, e que sustentaram a trajetória histórica do desenvolvimento agrícola no Brasil Central, são predominantemente orientadas pelo mercado (BACHA & CARVALHO, 2012), alinhadas com as duas edições do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O conjunto de políticas e programas de direcionamento do desenvolvimento brasileiro é aprofundado ao longo do tempo, com algumas nuances de diferenças, especialmente em maior ou menor participação da agricultura de base familiar, mas sempre com forte participação da agricultura empresarial na repartição dos recursos disponibilizados.

Dentre os programas de apoio à produção, a literatura destaca a relevância do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados), que se iniciou em 1974. Santos (2016) avaliou as três fases (PRODECER I, II e III): foram aplicados US\$ 553 milhões e houve a criação de 20 mil novos postos de trabalho diretos e 40 mil postos de trabalho indiretos. Com incentivos do programa, foram ocupados 350 mil hectares de cerrados nos sete estados onde se desenvolveu (Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Piauí, Maranhão e Tocantins). Um total de 717 produtores puderam se estabelecer, praticamente atingindo o total planejado de 760. A experiência funcionou como um programa “demonstrativo e multiplicador de um novo modelo agrícola de ocupação dos cerrados” e criou fazendas de grande porte, articulou agricultores em torno de cooperativas, ofereceu suporte empresarial e capacitação para a adoção de tecnologias intensivas em capital, visando o aumento da produção de soja (SANTOS, 2016).

Em 1995 surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com linhas de crédito ao pequeno agricultor. Entretanto, paralelamente surgem o Prêmio para Escoamento de Produto (PEP), o Contrato de Opção de Venda de Produto Agropecuário (COVPA) e a Cédula de Produto Rural, políticas que visam limitar o número de pequenos agricultores que poderiam acessar o Pronaf e incrementando a entrada do setor privado no sistema de comercialização.

Entre 2000 e 2013, aumentam os incentivos à agricultura familiar e é criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com planejamento e orçamento separado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), além de políticas de comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programas de crédito rural³ e novos programas de preço mínimo administrados pelo setor privado. Em 2006 é criada a Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326), que estabelece diretrizes para a formulação de uma Política Nacional voltada a este público.

O conjunto de políticas públicas favoráveis ao crescimento da agricultura empresarial constituiu fator primordial para a implantação da soja no território e razão de sua expansão, mas não foi inclusivo para os diferentes atores. Mesmo o ciclo de políticas sociais da última década, com maior alcance para os públicos de baixa renda e para a agricultura familiar, não foi suficiente para assegurar sua inserção nas dinâmicas de crescimento econômico local.

2.2. A visão dos atores locais de Bom Jesus

Bom Jesus é um município polo na sub-região de “expansão da soja” no sul do Piauí, possui 5.469,2 km² de extensão e uma população de 24.711 habitantes (IBGE Cidades, 2017).

Como revelam os dados presentes na revisão da literatura frente aos fatores empíricos que indicam um desenvolvimento mais inclusivo, a dinâmica do desenvolvimento na sub-região de “expansão da soja” do sul do Piauí não apresenta as condições favoráveis a um desenvolvimento econômico inclusivo, pois se caracteriza por fatores de concentração fundiária e produtiva e pressão sobre recursos naturais.

Contudo, cabe aplicar uma segunda camada de análise para auxiliar o entendimento sobre a dinâmica atual do ponto de vista dos atores. Nesse sentido, Bom Jesus foi escolhido como um caso representativo dessa dinâmica territorial.

Com algumas questões direcionadas, os pesquisadores questionaram uma gama diversa de atores buscando aumentar a compreensão sobre as visões convergentes e divergentes dos caminhos do desenvolvimento nesse território.

³ Tais como o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), o Warrant Agropecuário (WA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Quais as áreas prioritárias da ocupação da soja?

Fato observado empiricamente e confirmado de forma geral pelos entrevistados, é que a soja ocupa as regiões altas e planas de Bom Jesus, e nos denominados “baixões” predomina a pecuária extensiva e a agricultura familiar de subsistência, acessória à atividade pecuária.

Segundo os relatos de representantes do setor produtivo, as regiões altas e planas, embora apresentem características favoráveis à implantação da cultura, são locais com pouca disponibilidade de água. A soja aí produzida é denominada soja de sequeiro, dispensando a irrigação e constituindo uma cultura altamente tecnificada em todas as etapas de sua produção.

Ainda de acordo com representantes do setor produtivo, a partir de 2014 ocorreu uma estabilização na expansão da cultura em decorrência de vários fatores, com destaque para o aumento dos custos de produção e a crise econômica brasileira e internacional.

A soja promove um crescimento econômico inclusivo?

Apesar desse cenário de estabilização, os entrevistados do setor produtivo estimam que as empresas da cadeia produtiva da soja no sul do Piauí geram aproximadamente três bilhões de reais de PIB e cerca de 45 mil empregos diretos e indiretos, com um piso salarial acima da média do país. No período de 2000 a 2010 os dados mostram que a taxa de desemprego na região da expansão da soja teve queda de 3,84%, ficando no patamar de 7,72% (IBGE, 2000 e 2010).

No entanto, essa visão positiva sobre o desenvolvimento gerado com a entrada da soja não é compartilhada pelos representantes de agricultores familiares e movimentos sociais, uma vez que os benefícios se traduzem em empregos temporários para alguns agricultores durante a safra. Devido à dificuldade de obtenção de uma renda suficiente com a produção agrícola, os agricultores migram de suas terras em busca de trabalho e permanecem durante esse período morando precariamente nas periferias da cidade.

Segundo o poder público, o município de Bom Jesus se beneficiou com o ingresso e consolidação da soja, exatamente por ter sido o primeiro município ocupado pelos agricultores migrantes que se estabeleceram com suas famílias e contribuíram para um desenvolvimento intenso e a retenção de recursos, o que não ocorre com os municípios vizinhos. Por exemplo, em Baixa Grande do Ribeiro a soja se iniciou diretamente com a chegada de grandes empresas, cujo capital gerado acaba sendo direcionado para fora do município, em um modelo que traz menos benefícios para o desenvolvimento regional.

Na visão e avaliação do representante do poder público, Bom Jesus possui boa oferta de serviços de saúde e educação, incluindo um hospital regional estadual, atendimento satisfatório de medicina privada, além de seis postos de saúde na zona rural. Há oferta de educação pública e privada na zona urbana e escolas nucleadas na zona rural, de forma integrada com o transporte escolar.

Apesar da presença de um campus da Universidade Federal do Piauí, motivo de atração de jovens de diferentes regiões do estado, incrementando o comércio e os serviços locais, o representante do setor público aponta que o município não cria vagas qualificadas capazes de absorver o trabalho de muitos jovens formandos, que acabam migrando para Brasília, Teresina e São Paulo. Segundo

representantes de trabalhadores e dos movimentos sociais, há falta de emprego no município, forçando também os jovens de menor qualificação a migrar em busca de trabalho.

Quais as consequências e tendências de expansão da soja?

Os entrevistados reconhecem que a ocupação pela soja promoveu a supressão de vegetação do Cerrado e que, com base em estimativas setoriais da região, a expansão da cultura na totalidade das áreas com potencial de plantio demandaria o desmatamento adicional de cerca de 10% dessas áreas sem infração à legislação.

Segundo o setor produtivo, a possível expansão da soja ainda não exerceria pressão direta sobre a agricultura familiar nos baixões. A opinião de outros atores, no entanto, revela a existência de um potencial de pressão advinda da procura das terras baixas para destinação como reservas legais, visto que o avanço da soja sobre os platôs ainda não cultivados exige a procura de novas áreas para adequação ambiental.

A administração pública local aponta a introdução de novas culturas como o maracujá e o recente surgimento de iniciativas de desenvolvimento de sistemas integrados de soja e gado, o que propiciaria uma nova fonte de pressão fundiária sobre os baixões. Sabe-se que o avanço da ocupação agrícola nos baixões em diversos casos é precedido pelo processo de grilagem de terras que visa legalizar terras públicas e áreas de posse para vendê-las aos agricultores empresariais. Na opinião de alguns entrevistados, a questão fundiária no município e na região apresenta potencial de conflito entre grileiros e comunidades locais, com reflexos sobre a agricultura empresarial, o que é agravado pela existência de diferentes níveis de sobreposição de títulos de terras na base legal da estrutura fundiária.

Em 2012 foi instalada uma Vara Agrária no município com o objetivo de regularizar a terra, garantir maior segurança aos proprietários e diminuir ou evitar conflitos fundiários. Os agricultores familiares contam com o apoio de organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Caritas para essa regularização e para o enfrentamento nos casos de conflitos fundiários.

O setor produtivo afirma que, de um modo geral, fazendeiros, produtores de soja, fundos de pensão e grandes empresas não querem ter problemas jurídicos que envolvam temas trabalhistas, fundiários, entre outros. No enfoque dos movimentos sociais, isso promove uma corrida por terras legalizadas, estimulando a investida prévia de grileiros que conseguem sua legalização através de meios oficiais.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A análise dos indicadores econômicos e sociais acima mostra que há contradições no processo de inserção da soja nas sub-regiões estudadas.

Por um lado, observa-se crescimento econômico e melhor desempenho em redução do analfabetismo na sub-região de “expansão da soja”. Por outro, verificou-se uma piora no desempenho dos indicadores de saúde.


Outra contradição observada a partir da análise dos indicadores de uso do solo revela que nas sub-regiões com a inserção da soja foi observado um menor percentual de ocupação de áreas com a agricultura familiar. Os dados sugerem que o ingresso da soja ocasiona a diminuição da presença da agricultura familiar e pode ser vetor de uma migração de agricultores familiares do campo para a cidade, com impactos sobre o modo de vida desses agricultores e consequências relacionadas à qualidade dos serviços oferecidos nas zonas urbanas. A migração de agricultores familiares do campo para a cidade foi relatada pelos entrevistados na etapa de campo.

A análise histórica complementada pela verificação empírica mais aprofundada de um caso representativo da dinâmica territorial mostrou que o crescimento econômico gerado pela soja não foi capaz de promover a inclusão dos atores locais. Portanto, os fatores que constituem a hipótese de Berdegú et al. (2014) e Favareto et al. (2015) não podem ser confirmados no cenário analisado. Apesar da existência de um dinamismo econômico relacionado à entrada da cultura da soja, promovendo o desenvolvimento de municípios que concentram a infraestrutura de serviços e produtos relacionados à cultura e garantem o contínuo investimento em estruturas de acesso a mercados dinâmicos (estradas, vias férreas, portos, entre outros), acentuam-se as contradições inerentes a esse modelo de desenvolvimento, entre elas:

- a) concentração fundiária, dificultando a participação de diferentes atores nesse processo; a redução de áreas destinadas à agricultura familiar nos municípios ocupados pela soja;
- b) geração de conflitos fundiários em função da crescente valorização da terra;
- c) a concentração do dinamismo econômico em poucos municípios polo, impedindo o reinvestimento dos excedentes gerados pela agricultura no próprio território de forma mais equitativa;
- d) o crescimento populacional acelerado, nem sempre acompanhado pela correspondente evolução na oferta de serviços públicos;
- e) e o desmatamento de amplas áreas de cobertura vegetal de Cerrado.

Riscos, perspectivas e recomendações

O avanço do desmatamento do Cerrado é um risco, dado o potencial de expansão da soja e de outras atividades agropecuárias em áreas disponíveis nas regiões altas e nos baixões. Os entrevistados reconhecem que a ocupação promoveu a supressão de vegetação, mas que ainda existe espaço para a expansão da cultura dentro dos marcos legais, o que implicaria no crescimento do desmatamento do Cerrado. Adicionalmente, foram constatados riscos sociais como: exclusão da agricultura familiar, ampliação dos conflitos sociais pela propriedade da terra; aumento da desigualdade social e econômica nos municípios e piora na oferta de serviços públicos em decorrência do crescimento populacional acelerado.



Nos municípios sem a presença da soja, predominam atividades de agricultura familiar e pecuária. Distintamente da agricultura empresarial, estas atividades não têm sido alvo de investimentos e políticas públicas estruturantes voltadas ao seu desenvolvimento. A ausência de atividades econômicas estruturadas cria nesses municípios uma dependência de políticas públicas advindas de outras esferas governamentais, a exemplo do programa Bolsa Família, por não serem dotados de receitas próprias. O desenvolvimento socioeconômico desses municípios deveria se fundamentar em investimentos e políticas públicas e em uma articulação com as populações locais para a definição de atividades econômicas sustentáveis e inclusivas.

O desenvolvimento inclusivo e equitativo dos municípios requer uma ampla articulação de atores locais e instituições públicas e privadas em torno de alternativas que visem o desenvolvimento econômico com inclusão e conservação dos recursos naturais do Cerrado. Nesse sentido, a adesão de grandes compradores mundiais ao Manifesto do Cerrado e a emergência de espaços de diálogo e conciliação política, como o recém-criado Grupo de Trabalho do Cerrado, podem constituir novas arenas sociais onde soluções sejam discutidas e implementadas, visando eliminar as contradições e proteger efetivamente os remanescentes de Cerrado, vitais para a conservação e equilíbrio ambiental, atenuando os riscos sociais decorrentes do processo de desmatamento.

A entrada da soja através de grandes empresas e fundos de investimento se instala no território gerando uma dinâmica de desenvolvimento que concentra fortemente os investimentos de infraestrutura em um município polo e os plantios de soja nos municípios ao seu redor. Esses municípios têm extensas áreas ocupadas com a soja, mas não retêm os impostos gerados, recolhidos nos municípios polo, permanecendo em precárias condições econômicas, como é o caso de Baixa Grande do Ribeiro. Essa dinâmica não foi alvo desse estudo e requer um aprofundamento para a compreensão dos impactos gerados.

Finalmente, mais estudos aprofundados são necessários para delinear as medidas sociais, econômicas e ambientais capazes de conciliar a expansão com o desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Johny Santana de (2013). **O estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na província do Piauí no pós-guerra do Paraguai (1865-1888)**. Oficina do Historiador, 01 January 2013, Vol.6(2), pp.57-77

BACHA, C. J. C.; CARVALHO, L. V. de (2014). **What explains the intensification and diversification of Brazil's agricultural production and exports from 1990 to 2012?**. International Research Initiative on Brazil and Africa (IRIBA), Working Paper: 02. Electronic copy available at: <http://ssrn.com/abstract=2470995>

BERDEGUÉ, J. et al. (2014). **Conceptualizing Spatial Diversity in Latin American Rural Development: Structures, Institutions, and Coalitions**. World Development, 2014

BOLFE, Édson L.; VICTÓRIA, Daniel de C.; CONTINI, Elisio; BAYMA-SILVA, Gustavo; SPINELLI-ARAUJO, Luciana; GOMES, Daniel (2016). **Matopiba em crescimento agrícola Aspectos territoriais e socioeconômicos**. Ano XXV – No 2 – Abr/Maio/Jun 2016

BUAINAIN, Antônio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz (2015). **Evolução recente do agronegócio no cerrado nordestino**. Estudos Sociedade e Agricultura, abril de 2015, vol. 23, n. 1, p. 166-195.

COUTINHO, E. S.; GERMANI, G. I.; OLIVEIRA, G. G. de (2013). **Expansão da fronteira agrícola e suas relações com o trabalho análogo a de escravo no oeste da Bahia**. Brasiliana. Journal for Brazilian Studies, 01 November 2013, Vol.2(2), pp.236-263

EMBRAPA (2015). **Delimitação e caracterização territorial do Matopiba**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba>. Último acesso em 30/07/2017.

FAVARETO, A. et al. (2015). **Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil**. ARTIGO – DOSSIÊ. Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade - Brasília, v. 1, n. 1: 14 – 46. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/regis/article/view/17172/12186>. Último acesso em 03 de abril de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2000). **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Último acesso em 03 de abril de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2006). **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Último acesso em 03 de abril de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2010). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Último acesso em 03 de abril de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Produção Agrícola Municipal (PAM) (1990)**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Último acesso em 03 de abril de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Produção Agrícola Municipal (PAM) (2000)**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Último acesso em 03 de abril de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Produção Agrícola Municipal (PAM) (2010)**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Último acesso em 03 de abril de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Produção Agrícola Municipal (PAM) (2015)**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Último acesso em 03 de abril de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2017). **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Último acesso em 03 de abril de 2018.

PIATTO, M., INAKAKE, L. (2016). **10 anos da Moratória da Soja na Amazônia: História, impactos e a expansão para o Cerrado**. Piracicaba. Imaflora

SANTOS, Clóvis Caribé dos (2015). **O espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados brasileiros nos estados da Bahia e do Piauí**. GOT - Revista de Geografia e Ordenamento do Território, 01 December 2015, Issue 8, pp.229-253

SANTOS, C. C. dos (2016). **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros**. Estudos Sociedade e Agricultura, outubro de 2016, vol. 24, n. 2.

ANEXO

SIGLAS

COVPA	Contrato de Opção de Venda de Produto Agropecuário
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Matopiba	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDA	Plano de Desenvolvimento Agropecuário
PEP	Prêmio para Escoamento de Produto
PIB	Produto Interno Bruto
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

EXPEDIENTE

Realização:

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMAFLOA.

Edição:

Thiago Olbrich.

SUSTENTABILIDADE EM DEBATE

Sobre a série:

A série SUSTENTABILIDADE EM DEBATE é uma iniciativa do Imaflora que busca sistematizar e gerar conhecimento sobre sustentabilidade, inovação, conservação e desenvolvimento para os setores de florestas e agricultura. Engloba trabalhos de sistematização de experiências, análise de resultados de projetos, novos métodos e propostas de políticas.

Temas e áreas de interesse: gestão florestal e agrícola, conservação de recursos naturais, produção florestal e agrícola, cadeias produtivas, políticas públicas para a gestão e conservação, instrumentos de mercado, áreas protegidas, trabalho e renda, direitos ligados ao uso da terra.

Conselho Editorial: Luis Fernando Guedes Pinto (Imaflora) e Gerd Sparovek (Esalq-USP).

Ficha catalográfica:

A SOJA NO MATOPIBA: CONTRADIÇÕES DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO, RISCOS E PERSPECTIVAS PARA A CONSERVAÇÃO DO CERRADO | Heidi Cristina Buzato, Ricardo Camargo Cardoso, Arilson Favareto, Clarissa Magalhães, Isabel Garcia-Drigo, Lisandro Inakake de Souza. | Sustentabilidade em Debate, Número 6 - Piracicaba, SP: Imaflora, 2018. 26p.

1. Cerrado 2. Matopiba 3. Expansão da soja 4. Dinâmica de desenvolvimento territorial 5. Desigualdade social e econômica.

Este trabalho faz parte de uma colaboração entre a National Wildlife Federation, The Nature Conservancy, o World Wildlife Fund e a Gordon and Betty Moore Foundation. Para mais informações, consulte www.moore.org.

Apoio financeiro:



The Nature Conservancy



GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION

Realização:



Sobre o Imaflora:

O Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) é uma organização brasileira, sem fins lucrativos, criada em 1995 para promover conservação e uso sustentável dos recursos naturais e para gerar benefícios sociais nos setores florestal e agropecuário.



Copyright© 2018 Imaflora®

Para democratizar a difusão dos conteúdos publicados no Imaflora, as publicações estão sob a licença da Creative Commons (www.creativecommons.org.br) que permite o seu livre uso e compartilhamento.

[instagram.com/imaflorabrasil](https://www.instagram.com/imaflorabrasil)

imaflora.blogspot.com.br

[facebook.com/imaflora](https://www.facebook.com/imaflora)

twitter.com/imaflora

+55 19 3429 0800

[linkedin.com/in/imaflora](https://www.linkedin.com/in/imaflora)

imaflora@imaflora.org

[youtube.com/imaflora](https://www.youtube.com/imaflora)

www.imaflora.org